

# FATORES QUE INFLUENCIAM A COMPETITIVIDADE NA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO VALE DO RIO CUIABÁ EM MATO GROSSO

Willian Luan Rodrigues Pires<sup>1</sup>  
Alexandro Rodrigues Ribeiro<sup>2</sup>

## RESUMO

O ato de produzir de acordo com a natureza utilizando por sua vez apenas recursos renováveis foi se extinguindo devido à grande revolução industrial marcada pelo uso de produtos industrializados até mesmo no campo. O mercado de produtos orgânicos em Mato Grosso está em seu estágio inicial, porém, há a perspectiva de gerar renda agregada possibilitando o desenvolvimento da região. O objetivo geral deste estudo é apresentar o panorama da competitividade do mercado de orgânicos sobre a ótica do produtor. Para a obtenção de dados foi aplicado um questionário com questões fechadas aos produtores orgânicos do Vale do Rio Cuiabá. Durante a realização da pesquisa de campo, as opiniões e percepções do produtor foram coletadas e anotadas da forma fidedigna da sua narrativa, perfazendo o uso do método misto de análise de dados, sendo realizada a estratégia de triangulação concomitante dos dados para a realização de validação cruzada dos dados. A população foi identificada através da certificadora e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA como 14 produtores, nesta investigação 12 produtores se dispuseram a responder. Em relação aos dados socioeconômicos a maioria dos produtores estão localizados no município de Poconé – MT e a sua renda familiar é de até R\$ 1.908,00. O mercado de orgânicos na região possui certas vantagens competitivas como possibilidade da comercialização do produto orgânico por maior valor agregado em relação ao produto tradicional, a presença de técnicos especializados para o suporte na produção e a percepção endógena dos produtores que o mercado orgânico é competitivo.

**Palavras-chave:** Competitividade; Produção Orgânica; Agroecologia; Desenvolvimento Sustentável; Vale do Rio Cuiabá.

## FACTORS INFLUENCING COMPETITIVENESS IN ORGANIC PRODUCTION IN THE CUIABÁ RIVER VALLEY IN MATO GROSSO

## ABSTRACT

The act of producing according to nature using only renewable resources was becoming extinct due to the great industrial revolution marked using industrialized products even in the field. The market of organic products in Mato Grosso is in its initial stage, however, there is the perspective of generating aggregate income allowing the development of the region. The general objective of this study is to present the panorama of the competitiveness of the organic market on the perspective of the producer. To obtain data, a questionnaire with closed questions was applied to the organic producers of the Cuiabá River Valley. During the

<sup>1</sup> Mestre em economia na Universidade Federal de Mato Grosso (PPG-ECO/UFMT). Analista Administrativo de Pesquisa Instituição: Instituto Euvaldo Lodi – IEL. E-mail: Willianluanrodrigues@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido na Universidade Federal do Pará (PPGDSTU-NAEA/UFPA). Docente da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: ivalex\_6@hotmail.com



field research, the opinions and perceptions of the producer were collected and recorded in the reliable way of their narrative, making use of the mixed method of data analysis, being carried out the strategy of concomitant triangulation of the data for the accomplishment of validation of the data. The population was identified through the certifier and the Ministry of Agriculture Livestock and Supply - MAPA as 14 producers, in this investigation 12 producers were willing to respond. Regarding socioeconomic data, most of the producers are in the municipality of Poconé - MT and their family income is up to R\$ 1,908.00. The organic market in the region has certain competitive advantages such as the possibility of commercialization of the organic product by greater value added in relation to the traditional product, the presence of specialized technicians to support the production, the endogenous perception of the producers that the organic market is competitive.

**Keywords:** Competitiveness; Organic Production; Agroecology; Sustainable development; Cuiabá River Valley.

**JEL:** 013, R59

## 1 INTRODUÇÃO

O ser humano começou a sua jornada de colonização do planeta a cerca de 50.000 anos. Entre 10.000 a 12.000 anos o *homo sapiens* iniciou o período mais importante: o início da agricultura e o sedentarismo em pequenas colônias. Com isso ele domesticou as sementes e os animais e ao longo do tempo melhorou as técnicas para a plantação, mas o que ocasionou a maior revolução na agricultura foi a revolução industrial por meio de uso de insumos derivados do petróleo possibilitou um salto na produtividade.

A história da agricultura orgânica embora que em seus primórdios era realizada desta forma, ela foi só estudada pós revolução industrial. Para Ormond et al. (2012) Albert Howard, Claude Aubert, Rudolf Steiner, Mokiti Oakada e Bill Mollison foram os primeiros estudiosos acerca do tema e sua relação de uso de insumos não renováveis. O autor também explica que neste tipo de agricultura está dispensada o uso de insumos não renováveis para a produção de biomassa.

Dentro da corrente da agroecologia temos vários tipos de plantação como a agricultura orgânica, biodinâmica, natural e permacultura (KAMIYAMA, 2011). Geralmente a agricultura familiar que está melhor preparada para este tipo de produção devido a possibilidade de diversificação dos produtos (ASSIS; ROMEIRO, 2002). A agricultura convencional moderna tem um custo de produção muito maior e a dependência de pacotes tecnológicos. A produção orgânica para a produção se demanda menos insumos, auxilia no desenvolvimento reduzindo o êxodo rural (ROEL, 2002).

Há uma atração muito forte para a produção de orgânicos devido ao maior valor agregado que este produto possui em relação aos convencionais. Este mercado anda crescendo no Brasil e no estado de Mato Grosso nos últimos anos. Devido a isso é interessante verificar como está comportando este mercado de forma a avaliar a sua competitividade em relação ao mercado tradicional e identificar entraves nos setores para auxiliar no desenvolvimento deste segmento.

O estado de Mato Grosso é conhecido pela concentração de terras com os latifundiários e por sua cultura voltada ao mercado agroexportador dado a consequências governamentais para tornar a região um gerador de divisas internacionais. Estudaremos uma região específica dentro do estado que se intitula Vale do Rio Cuiabá criada pela lei estadual 359/2009 e emendada pela lei complementar 577/2016. A região tem uma população de 944.163 habitantes e uma área de 74.843 Km<sup>2</sup>.

Este estudo tem a seguinte problemática: O mercado de orgânicos da região do Vale do Rio Cuiabá está competitiva frente ao mercado tradicional? Depois do seguinte questionamento será analisado a competitividade por meio de variáveis de gestão, estruturais e sistêmicas. Esta área foi escolhida especificamente por ter produtores orgânicos com o objetivo de abastecer a capital do estado Cuiabá-MT.

O objetivo geral é apresentar a competitividade do mercado de orgânicos. Segue os dois objetivos específicos deste artigo: i) avaliar a competitividade socioeconômica da produção de orgânicos. Neste objetivo será analisado as condições sociais e econômicas que possam influenciar na competitividade do produtor. ii) Relatar a variável socioambiental do mercado de orgânicos. Neste objetivo será analisado principalmente a questão do meio ambiente no qual pode afetar a competitividade da produção a longo prazo, principalmente por uso de insumos não renováveis.

Se justifica o estudo devido a possibilidade de o levantamento destes dados proporcionarem orientações e informações aos produtores de orgânicos nos estados pesquisados, a formação de novas políticas públicas identificando a necessidade do setor para as instituições formadoras de leis e normas bem como oferecer um panorama da competitividade para estes produtores.

Também podemos justificar a importância deste estudo devido ao baixo número de investigações acerca dos agricultores familiares e de produção de

orgânicos. Este tipo de investigação proporciona uma ferramenta para auxiliar estes produtores e incentivar a equidade perante a sociedade nos aspectos econômicos, sociais e ambientais promovendo o desenvolvimento sustentável e a tomada de decisões.

## **2 REFERÊNCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Do Crescimento Economico ao Paradigma do Desenvolvimento Ambiental: a Evolução Para as Correntes Atuais**

De forma a entender a preocupação da economia com os recursos naturais é necessário compreender que no início se pensava a economia como um fluxo circular isolado. Por este motivo é necessário entender a história do pensamento econômico até a chegada das bases mais atuais onde os recursos naturais estão integrados com a economia (CECHIN, 2010). Neill (1949), Schumpeter (1961), Rostow (1974), Ricardo (1982), List (1986), Meier e Baldwin (1968), Souza-Lima (2004), Souza (2005), Furtado (2009) e Smith (2017) explicam o desenvolvimento para o crescimento na era clássica e neoclássica iniciando as bases da teoria desenvolvimentistas.

Estas teorias anteriores pensavam no desenvolvimento a partir do crescimento econômico. Ao longo dos anos surgiram novas correntes interdisciplinares que incluíram o capital natural como fator limitante a sobrevivência da espécie. A partir disso se iniciou a preocupação para o meio ambiente que indicava sinais de esgotamentos e que a forma do crescimento desenfreado proporcionado pelo consumo capitalista põe o meio em uma posição crítica (LIPIETZ, 1997).

Segundo Leff (2002) o problema ambiental aparece com a degradação do meio a sua poluição causada principalmente pela revolução industrial ocasionando problemas para a cadeia dos recursos naturais. A teoria econômica contribuiu para a nova forma de pensar na produção de bens e serviços pois estes devem ser levados em conta os processos termodinâmicos permitindo a análise de eficiência dos mesmos. Para isso a economia ecológica está presente e de acordo com Contanza (1989) ela trabalha com as relações entre os ecossistemas e a economia de forma a

informar a sustentabilidade dos recursos naturais. Daly e Farley (2004) afirma que o crescimento neoclássico é insustentável.

Com isso se geraram novas políticas para construir um novo modelo de desenvolvimento que seja socialmente justo, ambientalmente saudável e economicamente viável. Com isso foi gerado o relatório *Brundtland* demonstrando a preocupação com o longo prazo de forma a atender também as necessidades de futuras gerações (BRUNDTLAND, 1991). Para Sachs (2002) podemos nos tornar uma grande civilização de consumo em biomassa de forma a explorar estes recursos naturais de forma sustentável e garantir para as futuras gerações estes recursos.

Nos dias atuais o aumento dos preços das energias é uma preocupação a escala global principalmente de fontes não renováveis. O futuro demandará um conjunto de energias renováveis para a saciação de nossas necessidades energéticas (FOSTER; GHASSEMI; COTA, 2009), (CARELS, 2011). O que acontece é que atualmente as energias intensivas em carbono não inclui os custos sociais para o consumidor, gerando um preço artificial em relação as energias renováveis (WAIT, 2010).

Segundo Georgescu-Roegen (2012) a mecanização da agricultura no longo prazo é considerada antieconômica devido a dependência de insumos não renováveis e a poluição gerada pelas indústrias, sendo assim a solução é buscar fontes de energia renováveis. Para Cechin (2010) devemos considerar os insumos que entram no processo produtivo e os resíduos produzidos, tanto de recursos naturais quanto os insumos que passaram por processo de industrialização como máquinas equipamentos.

Também possuímos elementos que influenciam no desenvolvimento do paradigma ambiental e a principal são as instituições. No próximo capítulo se verificará como os processos institucionais podem influenciar o desenvolvimento e a competitividade nas regiões.

### **3 ELEMENTOS INFLUENCIADORES DO DESENVOLVIMENTO**

As instituições são originadas através das estruturas políticas, econômicas e sociais do ser humano no qual estabelecem normas formais e informais no propósito de reduzir incertezas nas trocas de forma a aumentar a produtividade e os lucros

para o desenvolvimento econômico (NORTH, 1991). Interpretações de Azevedo (2000) indicam que as instituições têm um papel fundamental sobre as decisões de investimento no ramo da agricultura bem como o papel das organizações dos produtores.

Para North (2006) as instituições têm o poder de afetar os custos de transação por meio de formação de regras formais, assim impondo as normas de forma a regular as ações das organizações, estas que por sua vez executam atividades de acordo com as regras estabelecidas de forma a aumentar a sua eficiência e competitividade. Quanto maior a dificuldade entre a obtenção de informações entre os agentes maior será importância das instituições para tornar as transações eficientes. Os custos de transação são gerados pela assimetria de informação entre os agentes e com a sua redução as organizações obtêm um maior lucro em suas operações.

Putnam (2006) afirma que as instituições são moldadas pela política e sua história, seu desempenho está relacionado sobre o contexto social na qual estão inseridas e sua estabilidade na tomada de decisões, assim, o civismo é um elemento fundamental para o desempenho institucional para a geração de cooperação entre os agentes e confiança com relações horizontais de colaboração.

Para que uma instituição funcione plenamente são necessários alguns pontos como a capacidade de condução dos negócios internos de forma a mostrar a estabilidade interna e demonstrar eficiência e eficácia no processo de tomada de decisão pelas relações de cooperação. Em nações cívicas a sociedade tende a obedecer mais às leis do que em regiões menos cívicas, neste caso o capital social está diretamente relacionado com o desempenho institucional (PUTNAM, 2006).

Os estudos de Furlanetto (2008) evidenciam a importância do capital social e sua relação com as instituições como um elemento para o desenvolvimento das regiões. Já que as coalizões que as formam são originárias da própria sociedade de forma a promover a cooperação e regulamentar as organizações que por sua vez as ações locais destes líderes determinam o progresso ou o atraso da nação.

O desenvolvimento territorial deve ser levado como uma emergência sistêmica e sinérgica, embora o desenvolvimento seja difícil de se prever os resultados. Estes são obtidos com a interação com o entorno e são de pequena escala, endógenos ao território. Para o sucesso requer uma estrutura de gestão para

a geração do desenvolvimento onde o capital social é indispensável para o bom gerenciamento e promoção do pensamento complexo do espaço territorial (BOISIER, 2004).

Já o desenvolvimento endógeno é um novo paradigma que vai além dos modelos baseados em função de produção no qual a teoria abrange um olhar de baixo para cima de forma difusa e autocentrada, estabelecendo a importância da cultura e os valores próprios do território. De forma a atender as necessidades e demandas dos atores sociais melhorando o nível de vida da população a manter um desenvolvimento sustentável com uma gestão descentralizada através de uma estratégia voltada para a ação com o objetivo de aumentar a produtividade e competitividade de seu entorno. (VAZQUEZ BARQUERO, 2002).

#### **4 ESTRUTURAS DE MERCADO E A DEFINIÇÃO DE COMPETITIVIDADE**

Para o estudo da competitividade é necessário entender as estruturas de mercado e as formas de estratégia competitiva. A competitividade proporciona a possibilidade de os produtos agroecológicos demonstrarem um diferencial de mercado possibilitando se sobressair dos produtos tradicionais.

Para a relação das estruturas de mercado segundo Tigre (1998) as assimetrias são essenciais para o seu entendimento. Garófalo (1993) defende que há fatores determinantes para as estruturas de mercado como: o tamanho e a quantidade de firmas, a sua dependência, os compradores, os produtos disponibilizados e fatores de gestão. Autores como, Chamberlin (1969), Robinson (1969), Ferguson (1999) e Krugman e Wells (2015) explicaram as dimensões das estruturas de mercados e seus tipos como: a concorrência perfeita, concorrência monopolística, oligopólio e o monopólio.

As estruturas de mercado explicam elementos que podem influenciar a competitividade. Como o caso do estado de Mato Grosso, estudos de Pereira et al. (2016), exemplificam que as estruturas de mercados de outros segmentos influenciam na formação de preços dos produtores orgânicos. Os produtores que vendem sem o atravessador podem oferecer um preço muito mais competitivo para o consumidor do que o varejo supermercadista que atua como um oligopólio.

A partir desta definição é possível visualizar que a estrutura de mercado dos produtores de orgânicos do Vale do Rio Cuiabá funciona em concorrência perfeita,

porém há algumas assimetrias de mercado pelos atravessadores. Com esta informação é possível realizar estratégias para a competitividade do setor dentro da estrutura inserida. Para melhor entendimento é necessário a partir deste ponto compreender o conceito de competitividade para geração de estratégias de mercado.

Após as leituras verifica-se que não há um conceito claro acerca da competitividade (MARTIN; WESTGREN; VAN DUREN, 1991), (FARINA, 1999), (PORTER, 1999), (FISCHER; SCHORNBERG, 2007), (HAGUENAUER, 2012). Para Landau (1992) e Aiginger (2006) há definições que a competitividade se relaciona com a obtenção do bem-estar e Martin, Westgren e Van Duren (1991), Kupfer e Haguenauer (1995) e Haguenauer (2012) relacionam a competitividade ao nível de firma de acordo com seus processos internos sob a influência externa.

Para este estudo o conceito principal de competitividade segue dos autores Ferraz, Kupfer e Haguenauer, (1995, p. 3) a definição de competitividade é “definida como a capacidade da empresa formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado”. Os autores estabelecem três níveis de fatores para a competitividade, que são: I) gestão II) estruturais e III) sistêmicos.

Complementando, autores como Martin, Westgren e Van Duren (1991) e Porter e Van Der Linde (1995) aplicaram a variável ambiental na competitividade incluindo como um dos elementos decisivos. A parte ambiental é um grande elemento a ser trabalhado devido a possibilidade de redução de custos na parte econômica, possibilidade de aumento de lucros pela redução do uso de insumos para a manutenção dos recursos naturais a longo prazo em nossa biosfera (DALY; FARLEY, 2004; LEFF, 2000).

Para Porter (2006), a firma realiza sua estratégia competitiva dentro de seus departamentos, na roda da estratégia competitiva se relacionam as políticas operacionais com as metas a serem alcançadas. Estas políticas devem ser avaliadas para que se verifique o mercado de orgânicos é competitivo. Também temos a questão de formulação das estratégias o movimento interno e externo determina as forças competitivas. Para Pompermayer e Lima (2002), Slack, Chambers e Johnston (2010) e Drury (2018), há outros fatores como custo, preços e qualidade determinam a competitividade e estas estão inter-relacionadas.

Como foi visualizado a competitividade não tem um conceito claro. Assim foi elaborado um conceito a partir dos autores estudados. A competitividade neste estudo é a possibilidade das firmas se desenvolverem de forma sustentável dentro do mercado alinhando não apenas o seu microambiente (fatores de gestão e estruturais) mas também o seu macroambiente (fatores sistêmicos), assim possibilitando alinhamentos endógenos com a sociedade. A sustentabilidade neste caso não é aquela que é mencionada de forma espúria pelos empresários como sinônimo de eficiência econômica, mas sim a possibilidade de agregar a teoria *de facto*.

## **5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Foi utilizado um questionário com perguntas fechadas para a população dos produtores de orgânicos no Vale do Rio Cuiabá para identificar fatores socioeconômicos relacionados ao desenvolvimento e a competitividade. De acordo com Gil (2002), a pesquisa documental são materiais que não receberam um tratamento analítico dos dados secundários ou podem ser novamente tratados com o objetivo da pesquisa proposta. Sendo uma fonte rica em dados em arquivos públicos ou particulares e também se classifica como pesquisa bibliográfica de forma a aprofundar sobre a análise do tema em livros e artigos científicos.

A presente pesquisa está classificada como descritiva para Gil (2002 p. 42), tem como objetivo “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Permitem não apenas ver relações entre variáveis como também podem determinar a natureza da relação. Nesta classificação possibilita o uso de técnicas padronizadas na coleta de dados, como o questionário que será utilizado nesta pesquisa. Para esta pesquisa a abordagem será indutiva, para Lakatos & Markoni (2003) o método possibilita uma verdade geral acerca do tema observando os fenômenos e descobrindo uma relação ente eles, gerando uma generalização do resultado.

A área de abrangência deste estudo são os produtores de orgânicos do estado de Mato Grosso que produzem na região metropolitana e no entorno metropolitano do Vale do Rio Cuiabá. Foi entrevistado produtores de orgânicos que possuem pelo menos um dos certificados que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento oferece como legítimo a produção orgânica que é a certificação por

auditoria - CA, sistema participativo de garantia - OCS e o controle social na venda direta – OPAC.

Nesta pesquisa o instrumento utilizado será o questionário. Foi baseado no estudo de Tacconi Neto (2006) sobre os fatores que afetam a competitividade na produção de hortaliças orgânicas no estado do Rio Grande do Norte. O levantamento de dados foi *in loco* com visitas as propriedades que produzem alimentos orgânicos no Vale do Rio Cuiabá. A aplicação dos questionários foi realizada de 09 de junho a 03 de julho de 2018, principalmente nos finais de semana, possibilitando a coleta de 12 questionários. Foi realizado a tentativa de um censo no estudo, porém dois produtores da região do Vale do Rio Cuiabá não quiseram colaborar com a pesquisa.

A população foi identificada através da certificadora e do MAPA como 14 produtores. Entretanto a amostra dos 12 produtores representa fortemente a população que efetivamente está produzindo alimentos orgânicos e que seja de fato é um produtor rural na região do Vale do Rio Cuiabá. Estes produtores tem relações mutuas de confiança entre instituições como no caso da Universidade Federal de Mato Grosso Campus Cuiabá que realiza investigações acerca da temática principalmente do projeto da Faculdade de Economia do Campus Cuiabá sobre o cultivo orgânico na baixada cuiabana.

Para a análise dos dados foram coletados dados quantitativos por meio do questionário e foi realizado a coleta de percepções do produtor. Com o objetivo de explicar fenômenos evidenciados na pesquisa quantitativa foi-se utilizado a parte qualitativa para o uso de método misto. Creswell (2007) explica que o uso do método misto proporciona confirmar dados para o reforço do estudo. Nesta pesquisa foi realizada a estratégia de triangulação concomitante dos dados para a sua devida verificação.

## **6 RESULTADOS**

Com relação aos dados socioeconômicos o município que houve a maior quantidade de respondentes foi Poconé-MT com 75% da amostra, também fazem parte Cuiabá (8%), Várzea Grande (8%) e Chapada dos Guimarães (8%). Em relação ao sexo dos entrevistados 91,7% são do sexo masculino e 8,3% é do sexo feminino. A faixa etária é bem diversificada como podemos ver na tabela 3,33% tem

uma idade entre 31 e 40 anos, 8% tem idade entre 51 e 50 anos, 33% entre 51 e 60 anos e 25% tem mais de 60 anos.

Em relação a formação dos produtores podemos visualizar que existe um baixo grau de instrução, porém há também aqueles que são muito qualificados e estão no segmento de produtos orgânicos com mestrado. Em relação a renda familiar dos produtores: 75% ganham até R\$ 1.908,00 Reais, 8,3 % entre R\$ 1.908,00 até R\$ 3.816,00 e 16,7% entre R\$ 3.816,00 até R\$ 9.540,00.

No ponto da renda familiar dos produtores podemos visualizar uma grande vulnerabilidade econômica. A maioria dos produtores está encaixada na classe E na classificação do IBGE o que demonstra a fragilidade econômica destas famílias. Apenas 3 produtores estão entre as classes D e C respectivamente. Em relação ao perfil das propriedades o tamanho médio é de 10,59 hectares e a área destinada para plantação orgânica é de 2,96 hectares. A média de trabalhadores por propriedade é de 5,5 pessoas e 16,58 produtos (Quadro 1).

Quadro 1 - Características das propriedades de orgânicos

Tamanho médio das propriedades	10,59 hectares
Tamanho médio da área orgânica	2,96 hectares
Média de trabalhadores	5,5 pessoas
Média de produtos plantados	16,58 produtos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos inferir que as propriedades são pequenas, típico da agricultura familiar. Há também muitos trabalhadores nestas propriedades e há uma grande variedade de produtos orgânicos que são plantados aqui na região do Vale do Rio Cuiabá. Vale também afirmar que 100% das propriedades possuem algum tipo de veículo de entrega para os produtos. Em relação a certificação apenas um produtor não tem a certificação por Auditoria, assim possuindo a OCS. Entretanto alguns certificados por auditoria também afirmam serem certificados por OCS sendo 50% dos produtores possuem a OCS e 50 % não possuem.

Agora será apresentado questões sobre a percepção da competitividade dos produtos orgânicos pelos produtores. Em relação a procura pelo produto orgânico 50% deles afirmam que há pouca procura, 33% média procura e 17% grande procura. A baixa procura pelo produto orgânico se configura como um entrave a

competitividade. Os produtores relataram que uma grande parte dos consumidores e distribuidores não tem conhecimentos sobre o que é o produto orgânico e seus benefícios, dificultando assim a sua comercialização. Como Krugman & Well (2015) afirma que alguns mercados não há competição e outros há grande competição. No mercado de orgânicos temos a diferenciação de produtos que depende muito da fidelidade dos consumidores para superar as barreiras de mercado segundo Silva (1988).

É visualizado que 67% dos produtores consideram que o preço final é mais caro em relação ao produto tradicional, 33% consideram que o produto nem é mais caro / nem mais barato que o produto convencional. Foi relatado que as vezes os produtores são forçados a venderem seus produtos com preços de convencionais pois não conseguem agregar valor principalmente durante as vendas com os distribuidores também chamados de atravessadores.

Isso afeta a competitividade dos orgânicos, porém é uma variável sistêmica que afeta a competitividade que não pode ser controlada diretamente. A compreensão destes atores sociais deve ser visualizada. A importância de um alimento orgânico o que só poderá ser alterado com a educação e conscientização do mercado e da sociedade. Novamente como Silva (1988) a diferenciação de produtos impõe a barreira de fidelidade dos clientes para isso eles são a peça chave para o negócio.

A maioria dos produtores utilizam quase sempre (42%) um técnico especializado na sua produção orgânica, apenas uma pequena parte (8%) nunca utilizaram técnicos especializados em seus plantios. O profissional especializado permite que a produção ocorra, solucionando problemas que venham a possuir na plantação, adequando o método produtivo de acordo com as necessidades edafoclimáticas. Também foi relatado que há poucos técnicos em produção orgânica na região, porém como podemos visualizar pelos dados os produtores mesmo com esta dificuldade conseguem obter o acesso a estes profissionais.

O baixo nível de reclamação dos clientes (58%) e nenhum cliente reclama (25%) é bem visualizado pela competitividade pois os produtos são bem aceitos pelo mercado e o sistema de produção é bom, oferecendo produtos com qualidade para os consumidores. Podemos visualizar que o produto causa um bem-estar aos consumidores proporcionando produtos de qualidade assim demonstrando a

competitividade do produto e por consequência um provável aumento no número de venda dos produtos (AIGINGER. 2006; SLACK; CHAMBERS; JOHNSTON, 2010; HAGUENAUER , 2012).

O que podemos visualizar no contexto da competitividade é que muitos destes produtores produzem de forma orgânica e não agroecológica, ou seja, ainda demandam muitos insumos exógenos para a produção (muito alto 8% e alto 50% respectivamente). Entretanto há produtores que já estão em transição para a agroecologia onde os custos de produção e manutenção da área diminuem (nem alto /nem baixo 33% e baixo 8%). Os produtores comentaram nesta questão que o maior custo na produção dos orgânicos é mão de obra intensiva que é necessária pelo fato que é necessário utilizar demasiadamente o trabalho manual.

A competitividade depende dos custos envolvidos (MARTIN; WESTGREEN; VAN DUREN, 1991; POMPERMAYER; LIMA, 2002; HAGUENAUER, 2012). Com menores custos podemos ter uma maior margem de lucro e assim uma maior vantagem competitiva. Para Porter (2006) a estratégia de enfoque necessita de um baixo custo para que funcione.

Indagados 50% dos produtores sentem alguma dificuldade em distribuir seus produtos orgânicos. As principais razões que foram relatadas é a necessidade de uma câmara fria para o transporte e a distância até os fornecedores. Embora que todos os produtores tenham algum tipo de condução para o transporte de seus produtos nem todos são adaptados com câmara fria o que dificulta o transporte resultando em uma possível queda na qualidade e a dificuldade na competitividade dos produtos. Para Porter (2006) a distribuição consta como uma atividade que deve ser considerada para a estratégia competitiva.

Foi questionado qual é a importância da certificação para a venda dos produtos orgânicos A grande maioria dos produtores (83%) consideram a certificação muito importante, 8% importante e 8% pouco importante. A certificação orgânica permite que seus produtos sejam vendidos no mercado como verdadeiramente orgânicos, por isso o peso da importância nesta questão. A competitividade do produto orgânico só é representada se há a existência da certificação. Embora que a certificação tenha grande importância, alguns produtores comentaram nesta questão que mesmo com o produto orgânico certificado eles são obrigados a venderem com o preço ou como se fosse produtos tradicionais. Isso

afeta a competitividade econômica e ecológica já que alguns produtos não são nem considerados como ecologicamente corretos e não há agregação no valor do produto.

Em relação ao nível de competitividade dos produtos orgânicos foi demonstrado que 25% dos entrevistados consideram que não há competitividade no mercado de orgânicos, 25% considerem mais ou menos competitivo, 41,7% consideram competitivo e 8,3% muito competitivo.

Visualizamos que 75% dos produtores visualizam alguma forma de competitividade no mercado de orgânicos. Numa avaliação qualitativa desta questão foi observado enquanto os produtores dialogavam, eles entendem que a competitividade é a capacidade de vender, a capacidade de gerar lucro e, portanto, a competitividade na visão dos produtores é somente econômica. O uso racional dos recursos naturais, a visão ecológica do negócio não foi considerada nesta questão como um diferencial a competitividade.

Com esta percepção devemos visualizar que esta percepção de competitividade não é desenvolvimentista e sim apenas baseada em crescimento econômico já que a primeira vertente busca o bem-estar e a equidade entre as populações (SACHS, 2004). Os aspectos clássicos e neoclássicos que já vimos como: Souza (2005), Neill (1949), Smith (2017) Ricardo (1982), List (1986), Meier & Baldwin (1968), Schumpeter (1961), Rostow (1974) e Furtado (2009) visualizam apenas o crescimento econômico sem colocar a variável ambiental em sua equação.

A nova competitividade deve ser visualizada também no contexto ecológico. Após os clássicos e neoclássicos vierem novas teorias que adicionaram o meio ambiente como um fator limitante já que uma crise ecológica colocaria até o sistema econômico em risco. Para Daly e Farley (2004), a economia ecológica adiciona as variáveis dos recursos naturais promovendo um desenvolvimento sustentável sem sobrecarregar o meio ambiente otimizando seus recursos. No aspecto da competitividade Martin, Westgreen e Vanduren (1991) e Porter e Van Der Linde (1995) adicionam a variável ambiental na competitividade.

Foi questionado sobre o efeito de uma cooperativa sobre o aumento da competitividade dos produtos ofertados. 8,3% afirmaram que não há nenhum efeito sobre a competitividade, 33,3% nem pouco nem muito efeito, 8,3% afeta a competitividade e 50% afirmam que há muito efeito sobre a competitividade.

Visualizamos que a maioria dos produtores reconhece a importância do cooperativismo para a competitividade de seus produtos. As relações institucionais e cívicas são objetos de construção a longo prazo. A cooperação mútua entre os agentes permite superar barreiras de dificuldades que não é possível gerenciar individualmente.

Como já argumentamos North (1991) e (2006) demonstram a importância das instituições para o desenvolvimento econômico e a sua colaboração com a competitividade. Putnam (2006) afirma que o desempenho institucional depende do civismo da região. Já Furlanetto (2008) colabora que as instituições são um elemento para o desenvolvimento das regiões e elas promovem a cooperação entre as organizações.

Para Leff (2000), os maiores obstáculos para a aplicação do desenvolvimento com a racionalidade ambiental advêm de rigidez institucional, interesses políticos e econômicos que sustentam o interesse econômico. O dever do Estado é de dar condições mínimas para projetos de desenvolvimento sustentável que venham das demandas das próprias comunidades que realizam a gestão social de seus recursos (LEFF, 2000).

Segundo Lins e Pires (2018) as relações entre cooperativas rurais eram marcadas apenas por relações verticais de comunicação e sua ideologia era voltada apenas para a cultura exportadora, atualmente o cooperativismo é marcado pela transição de relações horizontais de comunicação e participação democrática de modo a se unirem e lutaram contra a pobreza e o isolamento.

Visualizamos que ainda há uma fragilidade institucional destes produtores já que a sua plenitude não crê que a presença de cooperativas possa auxiliar fortemente na competitividade. O trabalho mútuo tanto em cooperativas quanto em associações auxilia na tomada de decisões para a região superando deficiências estruturais como as barreiras de mercados impostas, a ausência de práticas mercadológicas (marketing), falta de tecnologias modernas para aumento da produtividade, etc.

Foi questionado sobre o nível de insumos utilizados para a plantação de produtos orgânicos em comparação com a agricultura convencional. 41,7% consideram baixo, 33,3% nem alto/ nem baixo, 16,7% alto e 8,3% alto, respectivamente. A maior porcentagem considerou o nível de insumos baixo o que

significa que há uma produção de baixa entropia no meio ambiente, contribuindo não somente para a competitividade econômica, mas também para a ecológica, com a redução do nível de insumos utilizados no plantio é um sinal que há uma transição para a agroecologia com estes produtores deixando sua produção autossustentável.

Os processos da teoria econômica devem estar regidos por um novo meio de produção incluindo as leis da entropia e os princípios da termodinâmica (LEFF, 2002). Para a integração da economia e a ecologia são necessários alguns passos como a inclusão dos recursos naturais na economia, levar em consideração os limites da natureza e a estabilidade do sistema para que a produção seja ecologicamente sustentável no meio econômico (DALY; FARLEY, 2004).

Georgescu-Roegen (2012) afirma que o processo de entropia está no processo econômico transformando energia de valor em resíduos e este se torna a própria escassez econômica. Na segunda lei da termodinâmica ou a lei da entropia afirma-se que todo trabalho há uma dissipação de calor e esta energia não pode ser reutilizada. Assim captamos recursos naturais o transformamos e utilizamos no final deste processo sobra resíduos de alta entropia que retorna ao ambiente.

Podemos entender isso de uma forma mais prática. A mecanização da agricultura gera uma grande dependência de insumos de baixa entropia que ficarão escassos ao longo do tempo pelo fato que estes são feitos de recursos finitos. A consequência será uma redução na expectativa da vida humana pela pressão desses estoques de recursos naturais e pela poluição de alta entropia causada pela mecanização. Os insumos como os fertilizantes químicos utilizados na agricultura causam a redução da produtividade energética ao longo do tempo se comparada a agricultura orgânica (GEORGESCU-ROEGEN, 2012).

A agricultura orgânica tem a vantagem de usar poucos insumos para a produção e ao longo prazo transacionar para a auto sustentabilidade do sistema gerando a mínima entropia possível no ambiente. Assim gerando produtos com maior produtividade energética contribuindo com a competitividade ecológica e econômica.

Também foi questionado sobre o método de distribuição de água no plantio por aspersão ou gotejamento. É considerado a técnica de gotejamento a mais econômica devido a redução da necessidade do uso de água no plantio pelo fato que há menor evapotranspiração na irrigação.

Foi identificado que 50% dos produtores utilizam a aspersão e 50% utilizam os dois métodos em seu plantio. Alguns dos produtores afirmam que preferem somente a aspersão porque é a melhor que a planta se adapta principalmente as leguminosas já os produtores que utilizam os dois estão transacionando para apenas por gotejamento. Eles informaram que os custos iniciais de instalação e manutenção são caros do sistema de gotejamento assim que não podem arcar em mudar todo o sistema de uma só vez.

Já que foi questionado o uso de insumos e o método de irrigação utilizado foi realizado uma tabela cruzada entre estas variáveis. Como podemos identificar no quadro 6 os produtores que consideram que o plantio de orgânicos usa se baixo insumo a maioria utiliza a técnica de aspersão em sua plantação (33,3%). Quem considerou que o uso de insumos é muito alto acaba utilizando apenas a técnica de aspersão (8,3%).

Quadro 2 -Tabela cruzada entre o nível de insumos utilizados e o método de irrigação utilizado

		Aspersão ou gotejo		
		Aspersão	Os dois	Total
Nível de insumos utilizados	Muito alto	8,30%	0%	8,30%
	Alto	16,70%	0%	16,70%
	Nem alto / Nem baixo	16,70%	16,70%	33,30%
	Baixo	8,30%	33,30%	41,70%
	<b>Total</b>	<b>50%</b>	<b>50%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como podemos visualizar quem utiliza esta forma de irrigação de baixa entropia tem melhores técnicas de gestão para o uso de menos insumos na produção em rumo a uma produção agroecológica de baixa entropia. Para a economia ecológica a firma se adequou ao capital natural, respeitando os recursos bióticos a sua taxa de crescimento e utilizando fontes de energias limpas e renováveis provenientes da clorofila e do sol. A consequência é tanto um ganho na

competitividade econômica pela economia no uso de insumos quando a ecológica pelo impacto ecológico sustentável gerado.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A busca pela competitividade no mercado de orgânicos foi alcançada através de uma perspectiva multidimensional através de autores de diversas áreas do conhecimento como a economia, administração e física, além de abordar a temática da sustentabilidade neste trabalho. Assim foi utilizado este escopo para dar luz a questão central do estudo acerca se o mercado de orgânicos do vale do Rio Cuiabá está competitivo frente ao mercado tradicional.

Como já discutimos anteriormente a competitividade trabalhada neste estudo abarca a sustentabilidade, ou seja, não apenas a inclusão da parte econômica, mas também a parte social e ambiental para demonstrar que o mercado é competitivo. Permitindo uma melhor sociedade por meio de maior distribuição de renda, qualidade de vida do trabalhador, do consumidor e um custo ambiental muito menor que até mesmo o próprio produtor é beneficiado por reduções a longo prazo principalmente de insumos não renováveis.

Este estudo marca o início das discussões da temática acerca da competitividade no mercado de orgânicos em Mato Grosso. Este estudo se demonstra de grande relevância principalmente para os agricultores familiares que buscam formas de melhorias em seu sistema produtivo, porém não tem condições econômico-financeiras para arcarem com um estudo sobre o mercado que se encontram inseridos. Em relação com o encontro com os produtores in loco foi possível extrair informações tanto quantitativas quanto qualitativas através de suas vivências da região. Eles na sua maioria foram muito abertos e receptivos para a pesquisa demonstrando à vontade pela temática da produção orgânica.

Dentre os pontos positivos sobre a competitividade podemos visualizar a possibilidade da comercialização do produto orgânico por maior valor agregado em relação ao produto tradicional, a presença de técnicos especializados para o suporte na produção, a percepção endógena dos produtores que o mercado orgânico é competitivo, o entendimento daqueles produtores que fazem o uso de ferramentas agroecológicas e utilização de técnicas com o uso de inovação acabam inferindo

que há uma redução no nível de insumos utilizados para a produção no campo deixando sua produção autossustentável, ou seja, em sintropia.

Dentre os entraves da competitividade temos principalmente as questões mercadológicas como a falta de distribuição em outros canais de distribuição principalmente com a dificuldade legais por exigências que os pequenos produtores ainda não podem garantir como uma oferta regular de produtos ao longo do ano. Continuando com as dificuldades abordagens mais incisivas na propaganda devem ser efetuadas com o objetivo de conscientizar a população da região para um consumo mais sustentável de legumes, frutas e verduras orgânicas da região. Com isso a demanda aumentará de forma que os produtores possam ter uma maior oportunidade de ofertar seus produtos para o mercado. O uso de inovação na produção tanto com o fim de transacionar para agroecologia bem como a possibilidade de aumentar as economias de escala rumo a redução de custos por parte dos produtores.

Por fim, a ausência de tomada endógena dos produtores de orgânicos do Vale do Rio Cuiabá é um ponto muito importante a ser trabalhado. A percepção endógena em uma perspectiva sistêmica possibilitará maior competitividade por meio tanto da redução de níveis de insumos utilizados como o compartilhamento de tecnologias e saberes, o fortalecimento do mercado de produtos orgânicos rompendo as dificuldades atuais e o aumento das relações horizontais de cooperação devido ao maior civismo da região.

Na atual pesquisa aconteceram dificuldades como: o número baixo de produtores, duas pessoas se recusaram a realizar a pesquisa, estes com o foco puramente empresarial e as grandes distancias entre municípios que os produtores estão alocados. Mesmo com um quantitativo baixo foi possível visualizar o panorama da competitividade sendo que o número de produtores é dado pelo pouco tempo que este mercado está inserido no Vale do Rio Cuiabá e esta é uma temática nova em termos de investigação. Com os resultados aqui apresentados se objetiva traçar novas medidas para assegurar uma maior competitividade para Mato Grosso.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Processo 131020/2017-0.

## REFERÊNCIAS

AINGGER, K. Revisiting an evasive concept: introduction to the special issue on competitiveness. **Journal of Industry, Competition and Trade**, v. 6, n. 2, p. 63-66, 2006.

ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. São Paulo: Thomson, 2007.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 6, p. 67-80, 2002.

AZEVEDO, Paulo Furquim. Nova Economia Institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agric**. São Paulo, SP, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.

BOISIER, Sergio. E se o desenvolvimento fosse uma emergência sistêmica? In: ROJAS, Patrício Antonio Vergara. **Desenvolvimento endógeno: um novo paradigma para a gestão local e regional**. Fortaleza: IDAH, 2004.

BRUNDTLAND, G.H. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CARELS, N. The Challenge of Bioenergies: An Overview In: BERNDADES, M. A. S. (Org.) **Biofuel's engineering process technology**. Rijeka, Croatia: InTech, 2011.

CECHIN, Andrei. **A natureza como limite da economia – A contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Editora Senac/Edusp, 2010.

CHAMBERLIN, E. **The theory of monopolistic competition**. Cambridge, MA: Oxford University Press, 1969.

COSTANZA, Robert. What is ecological economics?. **Ecological economics**, v. 1, n. 1, p. 1-7, 1989.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DALY, H.; FARLEY, J. **Economia ecológica: princípios e aplicações**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

DALY, Herman E. **Ecological economics and sustainable development**. Edward Elgar Publishing, 2007.

DRURY, C. **Management and Cost Accounting**. 10 ed. Cengage, UK: Andover, , 2018.

FARINA, E. M. M. Q. **Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual**. Revista Gestão e Produção, v. 6, n. 3, p. 147-161, 1999.

FERGUSON, C. E. **Microeconomia**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

FERRAZ, J.C., KUPFER, D., HAGUENAUER, L. **Made in Brasil: desafios competitivos para a indústria**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1995.

FERRAZ, J.C., KUPFER, D., HAGUENAUER, L. **Made in Brasil: desafios competitivos para a indústria**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1995.

FISCHER, C.; SCHORNBERG, S. Assessing the Competitiveness Situation of EU Food and Drink Manufacturing Industries: An Index-Based Approach. **Agribusiness**, v. 23, n. 4, p. 473-495, 2007.

FOSTER, R.; GHASSEMI, M.; COTA, A. **Solar energy: renewable energy and the environment**. Boca Raton – FL, EUA: CRC Press, 2009.

FURLANETTO, Egidio Luiz. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. Supl., 2008.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

**GARÓFALO., G. L. Considerações sobre a Microeconomia**. In: PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M.A.S. (Org). **Manual de Economia**: Equipe de professores da USP. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **O Decrescimento: entropia, ecologia, economia**. Tradução Maria José Perillo Isaac. São Paulo: Senac, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAGUENAUER, Lia. Competitividade: conceitos e medidas: uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 146-176, Apr. 2012

KAMIYAMA, Araci. **Cadernos de educação ambiental: Agricultura sustentável**. São Paulo: SMA, 2011.

KRUGMAN, P.; WELLS, R. **Economics**. 4. ed. New York, NY: Worth Publishers, 2015.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDAU, R. Technology, capital formation and U.S. competitiveness. In: HICKMAN, B. G. (Ed.). **International Productivity and Competitiveness**. New York: Oxford University Press, 1992.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIPIETZ, A. Cercando os Bens comuns globais: negociações sobre o meio ambiente global em uma abordagem do conflito Norte/Sul. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.) **Faces do trópico úmido**. Belém: CEJUP; UFPA/NAEA, 1997.

LIST, F. **O sistema nacional de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARRAS, J. P. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTIN, L., WESTGREN, R., VAN DUREN, E. **Agribusiness competitiveness across national boundaries**. *American Journal of Agricultural Economics*, v. 73, n. 5, p. 1456-1464, 1991.

MARTIN, L., WESTGREN, R., VAN DUREN, E. Agribusiness competitiveness across national boundaries. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 73, n. 5, p. 1456-1464, 1991.

MEIER, G. M.; BALDWIN, R. E. – **Desenvolvimento econômico – teoria, história, política**. Mestre Jou: São Paulo, 1968.

NEILL, Thomas P. The Physiocrats' concept of economics. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 63, n. 4, p. 532-553, 1949.

NORTH, Douglass C. Economic performance through time. **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, p. 359-68, jun. 1994.

NORTH, Douglass C.; HART, Elizabete. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.

NORTH, Douglass C. Institutions STÖR. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

ORMOND, P.J. et al. **Agricultura Orgânica: Quando o passado é futuro**. Rio de Janeiro: BNDS Setorial, 2002.

PEREIRA et al. Análise de correlação dos preços de produtos orgânicos no varejo supermercadista e feira livre. **Espacios**, Caracas, v. 37, n. 13, p. 21, 2016.

POMPERMAYER, C. B.; LIMA, J. E. P. Gestão de custos. In: FACULDADES BOM JESUS/ FAE Business School. **Finanças Empresariais**. Curitiba: FAE/Editora Gazeta do Povo, 2002. p. 49- 58. (v. 4, Coleção Gestão Empresarial).

PORTER, M. E. **Competição: Estratégias Competitivas Essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTER, M. E. **Competição: Estratégias Competitivas Essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTER, M. E.; VAN DER LINDE, C. Toward a new conception of the environment-competition relationship. **Journal of Economic Perspectives**, v. 8, n. 4, p. 97-118, 1995.

PUTNAM, Robert David. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 260p.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROBINSON, J. **Economics of Imperfect Competition**. Londres: Macmillan, 1969.

ROEL, A. R. A agricultura orgânica ou ecológica e a sustentabilidade da agricultura. **INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. n. 4, p. 57–62, 2002.

ROMEIRO, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, P. H (Org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico:(um manifesto não-comunista)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: Incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia – teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond, 2002.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, W. R. Estratégia competitiva: uma ampliação do modelo de Porter. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: FGV, v. 28, n. 2, p. 33-41, abr./jun. 1988.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Operations Management**. 6. ed. Harlow, UK: Pearson, 2010.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Nova Fronteira, 2017.

SOUZA, Nali de Jesus. Pensamento Econômico Brasileiro. **Revista Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA-LIMA, J. E. DE. Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais. **Revista da FAE**, v. 7, p. 119–127, 2004.

TIGRE, Paulo Bastos. Inovação e teorias da firma em três paradigmas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 3, jan./jun. 1998.

VÁSQUEZ BARQUERO, Antônio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

VOLPE, R. A.; LORUSSO, C. B. A importância do treinamento para o desenvolvimento do trabalho. **Psicologia, Online**, p. 1-8, 2009.

WAIT, Andrew, Investment in clean technologies as a public good: a discussion paper prepared for the Clean Energy Council. In: **Investment in Clean technologies**. Sydney: University of Sydney, 2010.